

DÍVIDA: LENTOS

Externa

Quinta-feira, 29-10-87 — O ESTADO DE S. PAULO

PROGRESSOS

Alguns dos grandes bancos americanos estão demonstrando um certo nervosismo e tensão à medida em que as negociações sobre a dívida brasileira aproximam-se com lentos progressos do novo prazo em que devem terminar, nos próximos três dias: eles passaram a renovar os empréstimos das linhas de curto prazo um dia depois de pagas, criando muitas dificuldades operacionais para as 15 agências de bancos brasileiros em Nova York.

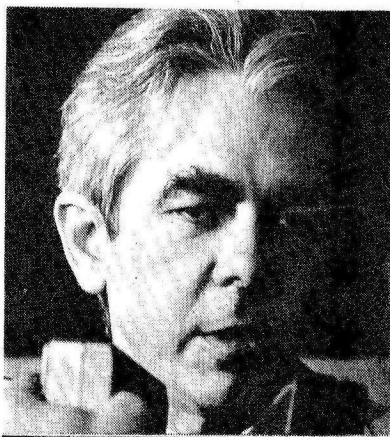
A este tipo de pressão poderá somar-se outro, nestes momentos finais de 13 dias de discussões-maratona: um participante das negociações contou que espera que o governo americano exerça pressão sobre o comitê dos bancos credores, eliminando "os últimos focos de resistência a um acordo", até amanhã.

Antes, normalmente, os bancos pagavam e recebiam de volta seu empréstimo no mesmo dia, numa mesma conta corrente, e por isso não precisavam ter o dinheiro disponível. Este novo comportamento de alguns credores em Nova York obrigaria as agências brasileiras a depositar o pagamento dos empréstimos no Banco Central, mas o próprio Banco Central tem concordado que os acertos de um ou dois dias sejam feitos à sua revelia, porque o contrário seria um processo demorado.

"Os bancos americanos estão tensos, nervosos, e isto tem a ver com as negociações", disse um banqueiro brasileiro. "Algumas agências brasileiras são obrigadas a fazer um verdadeiro esforço de caixa para reunir o dinheiro com que pagam linhas de curto prazo vencidas. Uma tragédia: complica muito a nossa vida. A impressão é de que um acordo sobre a dívida resolve o problema, e tudo voltará ao normal."

Uma fonte que participa das negociações contou ao JT, ontem à noite, que a demora na conclusão de um acordo deve ser atribuída "à desunião entre os banqueiros do comitê que negocia pelos 600 credores". Para resolver isto até amanhã, sexta-feira, último dia útil do mês, ou mesmo durante o fim de semana, ela acha que será necessária uma nova gestão do governo americano.

E faltam só três dias para o fim das negociações. Por isso alguns bancos, intranquilos, pressionam o Brasil.



Na prática, então, uma dupla pressão, a que os bancos internacionais exercem nas linhas de curto prazo brasileiras, e a que o governo americano pode aplicar sobre o comitê de negociação dos credores, está sendo considerada como o empurrão final, de ambas as partes, para a conclusão do primeiro acordo de renegociação da dívida, no oitavo mês da moratória.

Várias fontes apontam esta sexta-feira como o dia "D", marcado anteriormente para 26 de outubro. E isto porque a segunda-feira, 2 de novembro, seria o último dia de encontro da comissão interagências norte-americana, o Icerc, que examina o rebaixamento da dívida brasileira, obrigando os bancos a abatê-la em 10%, o que lhes renderá um balanço de fim de ano negativo, marginalizando o Brasil do sistema financeiro internacional.

Restam poucos problemas para um acordo, como asseguram várias fontes americanas e brasileiras. O denominador comum, entre eles, é o da quantia a ser depositada em consignação no BIS, o Banco Central dos Bancos Centrais, na

Suíça. Por parte do Brasil, como diz o ministro Bresser Pereira, o valor não ultrapassaria os US\$ 500 milhões. E por parte dos bancos credores, chegaria a US\$ 900 milhões. Estas quantias referem-se a uma primeira parcela, e depois haveria outras, quando novos valores, então, seriam fixados.

Uma fonte americana explicou que "o problema maior, aí, é o da falta de confiança", mencionando a delicada situação política brasileira, neste momento: "As coisas podem mudar lá, e quem garante que o que decidirmos continuará valendo?"

Já uma fonte americana contou que "queremos amarrar tudo agora também por um problema de confiança: quem garante que as promessas de um acordo de reescalonamento da dívida serão mantidas depois do pagamento simbólico?"

Outro problema, aqui, o da quantidade de bancos credores do Brasil que deveria ser consultada, foi parcialmente resolvido. Os bancos responsáveis por reunir o dinheiro para o depósito em caução na Suíça não passariam de cem, "entre 50 e 100, quanto menos melhor". Os bancos ainda poderiam contar com algum dinheiro do governo americano para o depósito dos US\$ 900 milhões, talvez uns US\$ 300 milhões.

Os três lados das negociação — o Brasil, os bancos e o governo americano — concordam num ponto: "Há muita vontade de se chegar a um acordo". Além do problema de fixação do valor do depósito em caução, há um outro, para os bancos: "Qual será o mecanismo de transferência do controle do dinheiro que ficará na Suíça? — pergunta um banqueiro envolvido nas negociações, dizendo-se "inseguro" pelo próprio fato de que "o Brasil insiste que o pagamento simbólico continuará sendo parte de suas reservas". Os brasileiros também resistem em abrir mão de uma cláusula que desvincula as negociações com os bancos de um retorno ao FMI, e de outra, ainda, que se refere à opção de oferta de títulos da dívida voluntários, e não obrigatórios.

**Moisés Robinovici,
de Washington.**